

encontro nacional cds

Basílio Horta

«Não acreditamos na gestão socialista deste país»

Jornal Novo — Que efeitos imediatos teria para o país uma vitória expressiva do CDS nas eleições para as autarquias?

B. Horta — Os efeitos para o país seriam extremamente benéficos. Em primeiro lugar seria a vitória da alternativa democrata cristã sobre os partidos socialistas. Por consequência, seria a possibilidade de o CDS poder aplicar, na maioria das autarquias locais do país, a sua doutrina ideológica, a competência e a eficácia dos seus homens; seria a possibilidade de mudança no processo português. Portanto, suponho que teria um efeito extremamente útil. Nós não acreditamos na gestão socialista deste país, os resultados dessa gestão estão à vista de todos. Parece-nos que é altura de mudar e a melhor altura para o fazer era, sem dúvida nenhuma, estas próximas eleições para as autarquias locais. Se essa mudança se verificar, o primeiro beneficiário seria o povo português. Beneficiária de uma competência e de uma eficácia que até ao momento não se tem visto no poder constituído.

Jornal Novo — O Secretário-Geral do PS admitiu, ontem, não ser o socialismo possível para já, sendo meta do Governo obter uma democracia avançada, que é, no fim de contas, também, a base do programa



do CDS. Assim sendo, como entender a vossa oposição ao Governo?

B. Horta — Quero dizer que a nossa oposição é em relação ao socialismo. Logo, se as declarações do dr. Mário Soares são verdadeiras — não tive ainda ocasião de as confirmar — quer dizer que o dr. Mário Soares não acredita no seu próprio partido. Se ele diz que o socialismo não é possível e está num partido socialista, ele está a admitir a falência do seu próprio partido e no programa que defende. Portanto, a nossa oposição continua a ser, não oposição a pessoas, não oposição puramente individual, mas oposição a conceitos,

oposição ideológica. E é evidente que essa se mantém. É evidente que o Partido Socialista, ou o seu secretário-geral, quando diz que o socialismo não é possível, está a admitir a sua derrota. É assim que nós entendemos essas afirmações. Mas a nossa oposição não desaparece por isso. A nossa oposição só desaparecerá quando nós conquistarmos efectivamente o direito de estarmos no Governo. Até lá seremos realmente oposição aos governos socialistas que ocupam as cadeiras do poder, ainda que desde já se considerem derrotados, como é bem o caso desta afirmação.

Jornal Novo — Uma aliança

do PSD com o PCP, que poderia significar no actual momento político?

B. Horta — Os efeitos para nós seriam gravíssimos. Em primeiro lugar, porque representaria — dando-se — um descrédito muito grande para a democracia. O ex-PPD fez toda a sua campanha prometendo explicitamente ao povo português, nunca fazer qualquer coligação com o PCP. Se ele agora voltasse atrás na palavra dada ao eleitorado, levava certamente largas camadas do povo português a descrer da democracia, a descrer da palavra dos políticos e, por consequência, a descrer mesmo da seriedade dos processos democráticos. Essa seria a primeira e grave consequência, em nosso entender.

Por outro lado, também havia consequências políticas graves. Porque na altura em que o PCP entrasse no Governo juntamente com o PSD e com o PS, naturalmente, nós estávamos a voltar às experiências do gongalvismo. Estávamos a voltar às experiências que trouxeram a este país angústia, ruína, miséria e profunda tristeza. Estávamos a reeditar um processo que não é querido pelos portugueses. Numa palavra: a democracia não ganharia com isso; o país teria muito a perder com esse tipo de atitude do ex-PPD.



Amaro da Costa

«Se Mário Soares considera que o socialismo não se pode construir...»

Na conferência de imprensa realizada no final do Encontro Nacional, Amaro da Costa afirmou:

«A expressão democracia avançada não é uma invenção do CDS, em termos europeus. É uma invenção do CDS francês, no tempo em que ainda era CD — isto é *Centre Démocratique* — de Jean Lecanué. Foi ele quem, já 3 ou 4 anos, cunhou a expressão, numa altura em que o Presidente Giscard D'Estaing ainda não tinha lançado, ele próprio, a sua tese de democracia liberal avançada, ou sociedade liberal avançada, a qual ao ser lançada recentemente foi entendida como, de certa forma, um desafio à direita na sua formulação imediata da fórmula de Jean Lecanué — democracia social avançada. E de tal forma assim foi, dizia eu, que o vice-presidente do *Centre Démocratique* esteve no Porto há cerca de 7 ou 8 meses e deu uma conferência justamente sob o título «A democracia social avançada». Evidentemente Jean Marie Daieux veio cá, como já tem várias vezes, a nosso convite e, por consequência, verificamos é que se o dr. Mário Soares considera que o socialismo não se pode construir em Portugal, longe disso, nos próximos 4 anos, parece que ele reconhece que também não se vai construir na Europa nos mesmos 4 anos. E os factos, na Alemanha, na Finlândia e na Suécia, tanto quanto as sondagens na Inglaterra, estão-lhe a dar razão.»

Freitas do Amaral

«Somos enamorados da descentralização»

Congratulando-se pela forma como decorreu o Encontro dos candidatos centristas à presidência das Câmaras Municipais, Freitas do Amaral começou por afirmar que o mesmo tinha demonstrado «pelo menos o seguinte»:

«O CDS planeia as suas actividades a tempo e não mistura congressos com eleições;

«O CDS não precisa de marcar os seus congressos para a véspera das eleições para que a proximidade da luta com os seus adversários sirva de alíquota à unidade interna do Partido;

«O CDS chama de novo os seus candidatos a debater entre si e com as cúpulas as orientações gerais da campanha eleitoral, como já fez em Março antes das eleições legislativas;

«O CDS está a caminho de se transformar a breve trecho, se é que o não é já hoje, no partido mais bem organizado, mais eficiente e com maior diálogo interno do País».

Depois de agradecer a acção dos membros do partido, que permitiu que assim acontecesse, Freitas do Amaral acrescentou:

«O CDS sempre foi, como sabeis, e há-de ser cada vez mais, um partido enamorado da descentralização. Da descentralização de Lisboa a favor do resto do país; e da descentralização do Estado a favor das autarquias locais. A descentralização é a grande arma contra a hipertrofia da administração, é o grande antidoto contra o centralismo lisboeta. A descentralização é a entrega das principais responsabilidades locais aos órgãos locais, é o apelo à energia criadora e à iniciativa espontânea das populações, é a confiança nas capacidades dos dirigentes municipais para resolverem livremente os seus próprios problemas. A des-

governo dos povos nas suas comunidades urbanas ou rurais.

«Por isso é que as eleições para as autarquias locais vão constituir um acto político de transcendente significado democrático. A democracia local é a grande, a melhor escola da democracia. Sem ela, nenhuma democracia funciona. Através dela, é a democracia que respira, vive e cresce.

«Até 25 de Abril, as Câmaras Municipais eram chefiadas por elementos da confiança do Governo, por este nomeados. Depois do 25 de Abril, foram as Câmaras tomadas de assalto pelo Partido Comunista, através do seu principal esquadrão de cavalaria ligeira — o MDP/CDE. E, mesmo quando alguns concelhos se evoluiu depois para fórmulas de coligação municipal mais próximas da vontade popular, as comissões administrativas foram sempre nomeadas e exoneradas, como se de repartições públicas se tratasse, pelo Poder central. Ora as autarquias locais não são repartições públicas dependentes do Governo. «Autarquia» quer dizer administração independente. Só com as eleições de Dezembro próximo soarão para os nossos municípios a hora da libertação face ao Governo».

Freitas do Amaral definiu a seguir a estratégia do CDS para as próximas eleições:

«Por isso a nossa campanha eleitoral será conduzida sob o lema «Autarquias CDS: Portugal aos portugueses». De facto, Portugal não é só Lisboa. E só no dia em que as vilas e aldeias de Portugal forem administradas pelos seus próprios habitantes, Portugal passará de facto a pertencer aos portugueses.

«Não basta, aliás, que se façam eleições para haver autên-



as freguesias terão de ser autênticas comunidades autónomas, regendo-se a si próprias por intermédio dos seus representantes livremente eleitos, e não meras sucursais do Terreiro do Paço».

E mais adiante:

«É preciso explicar incessantemente às pessoas que as autarquias locais nada têm a ver com o Governo central e que, pelo contrário, serão tanto mais livres, independentes e eficazes quanto menos quiserem saber do Governo central para a resolução do seus problemas. Os concelhos e as freguesias nasceram historicamente muito antes da centralização do poder real. E este mais não fez do que reconhecê-los, apoiá-los e servir-se deles em caso de crise. Pode pois afirmar-se, sem qualquer dúvida, que o Município é anterior ao Estado, tal e qual como o homem é anterior ao cidadão.

de casos em que os Municípios bateram o pé ao rei, e também de muitos casos em que a monarquia se apoiou nos «homens bons» dos concelhos para sobreviver ou para reforçar os seus poderes. Daí podemos concluir, por um lado, que em última análise não são os Municípios que precisamos do Estado, é sim o Estado que precisa dos Municípios. E, por outro lado que não é o Partido do Governo aquele que melhor servirá os interesses das populações locais. Pois a verdade é que, se o Governo é socialista, uma câmara socialista não será verdadeiramente livre face ao Governo ainda que as leis gerais do País lhe assegurem uma independência abstracta, os mecanismos internos de obediência partidária destruirão por completo qualquer ensaio de autonomia. A disciplina política cortará «cerce» qualquer «veleidade de afirmação local. Com um Governo socialista, os Municípios

dentem. Nem serão inteiramente independentes os municípios comunistas ou social-democratas, porque os seus precatos pretendem acima de tudo uma coligação nacional com o Partido Socialista e estarão sempre prontos a sacrificar a autonomia das Câmaras que controlem os objectivos partidários de aliança com o Governo».

Sobre o mesmo tema, Freitas do Amaral acrescentaria ainda:

«Haverá porventura quem pense que as autarquias administradas por socialistas obterão mais facilmente do Governo socialista as licenças, a aprovação dos projectos e a concessão de comparticipações financeiras indispensáveis ao progresso das suas terras. Parece até que já há elementos do Partido Socialista que se servem deste argumento para fins eleitorais.

«O CDS declara aqui publicamente que não consentirá, de modo nenhum, que afirmações desse tipo — classificáveis como pura e simplesmente desonestas — sejam propagadas. Todos os argumentos sérios devem poder ser usados em campanha eleitoral: mas esse não é um argumento, é uma chantagem.

«De resto, não há ponta por onde se lhe pegue. Primeiro, porque o Governo minoritário do Partido Socialista — que já perdeu os seus primeiros três meses sem nada fazer de verdadeiramente importante nas zonas mais carecidas de acção imediata — pode muito bem cair e ser substituído por outro. E, depois, porque os actos a praticar e os subsídios a conceder pelo Governo central em favor dos Municípios têm que assentar em estudos sérios e não em pedidos ou cunhas, têm de ser fundamentados em razões de utilidade pública e não em motivos de interesse parti-

roso controle político, jurídico e financeiro — controle político na Assembleia da República, controle jurídico no contencioso administrativo e controle financeiro no Tribunal de Contas.

«Todavia, como a propaganda eleitoral do PS já se está a servir desta arma ilegítima e como não há fumo sem fogo, o CDS propõe-se apresentar, por intermédio do seu Grupo Parlamentar, um projecto de Lei destinado a instituir novas modalidades de controlo da acção governativa na parte referente às autarquias locais. Esse projecto visará sobretudo assegurar garantias públicas de transparência e imparcialidade do Governo central na concessão de assistência financeira do Estado aos Municípios. O Grupo Parlamentar do CDS apresentá-lo-á ainda antes da próxima campanha eleitoral. E os outros Partidos, nomeadamente o partido governamental, ficarão postos perante um grave dilema: Ou apoiam o nosso projecto, e desaparece a possibilidade de chantagem, ou o rejeitam, e o Povo português ficará então a saber quais os partidos que pugnam pela moralidade administrativa e quais os que lhe preferem o jogo sujo».

E a terminar:

«Posso garantir-vos que o CDS vai arregaçar as mangas para alcançar, convosco, um novo êxito. Podeis contra com o Partido, todo o Partido, em peso ao vosso lado.

«Recordo-vos que em dezoito meses — apenas ano e meio — passámos da grande dificuldade em arranjar 250 candidatos à Assembleia Constituinte para a grande facilidade em arranjar mais de 30 000 candidatos às autarquias locais. Perguntó-vos se precisais saber mais alguma coisa sobre o nosso programa e